

Representações sociais sobre violência contra as mulheres: uma revisão integrativa na área da Educação

Desirée de Oliveira Pires¹

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-7862-1427>

Aline Accorssi²

Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-8361-3475>

Letícia Silva³

Orcid: <https://orcid.org/0009-0009-6821-3591>

Resumo

A violência contra a mulher está enraizada na sociedade, sendo historicamente legitimada por elementos culturais e sociais. O presente artigo tem por objetivo apresentar uma revisão integrativa acerca do que tem sido produzido em periódicos brasileiros, através da plataforma SciELO, sobre as representações sociais e sua intersecção com a violência contra as mulheres, na área da educação. O conceito da Teoria das Representações Sociais (TRS) provém da psicologia social e o compreendemos, em síntese, como um conhecimento socialmente partilhado. Os artigos selecionados apontam a necessidade de estratégias educativas e formativas sobre a temática a serem implementadas na sociedade, sobretudo para profissionais que atendem mulheres em situação de violência. No entanto, a maioria das pesquisas descritas nos artigos não pertencia ao campo da educação e sim à área da saúde, percebendo-se, assim, um terreno fértil de pesquisa a ser explorado no Brasil.

Palavras-chave: representações sociais; violência contra a mulher; educação.

Abstract

Violence against women is deeply rooted in society and has been historically legitimized by cultural and social elements. This article aims to present an integrative review of what has been produced in Brazilian journals, through the SciELO platform, regarding social representations and their intersection with violence against women in the field of education. The concept from the Teoria das Representações Sociais (TRS) originates from social psychology and is broadly understood as socially shared knowledge. The selected articles highlight the need for educational and training strategies on this topic to be implemented in society, especially for professionals who assist women experiencing violence. However, most of the research described in the articles did not belong to the field of education but rather to the health sector, thus revealing a fertile ground for research to be explored in Brazil.

Keywords: social representations; women experiencing violence; education

¹ Mestre em Educação (PPGEDU/FURG). Doutoranda em Educação (PPGE/UFPel). Bolsista CAPES. Filiação. RS – Brasil. E-mail: desireeopires@gmail.com

² Doutora em Psicologia Social (PUCRS). Professora Adjunta Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) na Universidade Federal de Pelotas (UFPel). RS – Brasil. E-mail: alineaccorssi@gmail.com

³ Graduanda em Psicologia (UFPel). E-mail: leticia.silva.04@outlook.com



Citação: PIRES, Desirée; ACCORSSI, Aline; SILVA, Letícia. Representações sociais sobre violência contra as mulheres: uma revisão integrativa na área da educação. **Revista Estudos Aplicados em Educação**, v. 10, e202510045, 2025. DOI <https://doi.org/10.13037/reae.vol10.e202510045>

Introdução

Na última década (2012-2022), de acordo com o *Atlas da Violência de 2024*⁴, mais de 48 mil mulheres foram assassinadas no Brasil. Somente em 2022, registraram-se 3.806 vítimas de feminicídio, sendo 3,5 casos a cada 100 mil mulheres. Em 2023, a cada 24 horas, ao menos oito mulheres sofreram violência, e cerca de quatro morreram no mesmo intervalo, conforme aponta uma pesquisa dirigida pelo Instituto Patrícia Galvão. Ou seja, metade das mulheres em situação de violência acaba sendo assassinada.

Do número total de feminicídios registrados, 72% foram cometidos por companheiros ou ex-companheiros das vítimas. Ao longo dos últimos 11 anos, estima-se que seis mulheres morreram por dia em decorrência do uso de arma de fogo. Já em relação à violência sexual contra mulheres, calcula-se que, em 2023, a cada seis minutos uma menina e/ou mulher foi vítima de estupro no país⁵.

Esses dados são revoltantes e alarmantes, pois denunciam a intensidade da violência patriarcal enraizada na sociedade brasileira. As ciências humanas, sociais e da educação têm se debruçado sobre a compreensão desses dados, fomentando pesquisas científicas que denunciam a problemática e propõem a elaboração de políticas públicas de enfrentamento.

Em pesquisa mais recente, realizada no ano de 2025, verificou-se que em nove a cada dez casos de agressão contra mulheres, houve testemunhas: 47% amigos(as) conhecidos(as) da vítima, 27% filhos(as) e os demais 12% com outro grau de parentesco⁶. Considerando que quase metade das pessoas não possui grau de parentesco (filhos e familiares) com as vítimas, o que leva a sociedade a não denunciar os crimes de violência contra a mulher? Quais são as razões para que esses dados se mantenham ou diminuam de maneira tão lenta ao longo das décadas, tornando-se quase imperceptíveis? E, ainda, quais são as representações sociais construídas acerca da violência contra a mulher no Brasil, tanto das vítimas quanto das pessoas que testemunham essas situações?

Tais questionamentos nos motivaram a desenvolver a pesquisa apresentada neste artigo, que se origina da nossa participação no projeto financiado pelo CNPq, intitulado “*Violências contra mulheres latino-americanas: um estudo transcultural à luz dos estudos de gênero e da teoria das representações sociais*”. O projeto se justifica pelo aumento global das violências contra as mulheres, particularmente em decorrência dos múltiplos impactos da pandemia da COVID-19.

O projeto está em curso desde 2023, com a proposta de fomentar a pesquisa e a formação de pessoal de maneira interdisciplinar e transcultural, integrando pesquisadoras brasileiras e internacionais de áreas como Educação, Antropologia, Sociologia e Saúde Coletiva. Nos dedicamos a conhecer e analisar as narrativas e discursos de diferentes sujeitos,

⁴ CERQUEIRA, Daniel; BUENO, Samira (coord.). **Atlas da violência 2024**. Brasília: Ipea; FBSP, 2024. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/publicacoes>. Acesso em 18 de abril de 2025.

⁵ RAMOS, Silvia [et al]. Elas vivem: liberdade de ser e de viver. 4^a edição. Rio de Janeiro: CESeC, 2024. Disponível em: <https://dossies.agenciapatriciagalvao.org.br/dados-e-fontes/pesquisa/elas-vivem-liberdade-de-ser-e-viver-4a-edicao-rede-de-observatorios-de-seguranca-2024/> Acesso em 18 de abril de 2024.

⁶ BUENO, Samira [et all.]. Visível e invisível: a vitimização de mulheres no Brasil. 5. ed. São Paulo : Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2025. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/publicacoes/visivel-e-invisivel-5ed/> Acesso em 18 de abril de 2025.



grupos sociais e instituições acerca das violências contra mulheres latinas e brasileiras, observando, descrevendo e interpretando as redes de representações sociais que contribuem para a construção das relações de gênero e das práticas sociais.

Assim, neste texto, como parte da pesquisa, nos propomos a refletir sobre o que tem sido produzido nos periódicos brasileiros, em formato de artigo, acerca da interseção entre violência contra a mulher e representações sociais. Para realizar tal reflexão, apresentamos uma revisão integrativa sobre o tema, considerando que o processo de revisão de literatura é fundamental para compreender o que se tem produzido e as lacunas científicas sobre o assunto, de modo a construirmos pesquisas que sejam inovadoras.

Em razão da complexidade de construção do conhecimento científico, a revisão de literatura consiste em uma síntese elaborada a partir de diferentes tópicos, capaz de criar uma compreensão mais ampla do conhecimento, de maneira organizada e discursiva. Existem diversas maneiras de se construir o que é academicamente conhecido como “estado da arte”, desde revisões bibliográficas com base em teses, dissertações e artigos, bem como por meio da utilização de outras metodologias.

Optamos pela plataforma *SciELO* como meio de busca para os artigos, considerando sua visibilidade e prestígio no meio acadêmico, além de hospedar uma ampla gama de pesquisas científicas no Brasil. A partir da definição de descritores e áreas de pesquisa – no primeiro momento na área da educação e, posteriormente, ampliando para as Ciências Humanas, as quais serão melhor descritas adiante –, construiu-se uma revisão integrativa a partir do nosso problema de pesquisa.

Para estruturar nossa revisão integrativa, organizamos este texto em três partes: inicialmente, apresentaremos o que compreendemos por representações sociais; no segundo momento, discutiremos como essa teoria pode nos ajudar a compreender a violência contra as mulheres; e, por último, expomos a identificação, categorização e análise dos resultados levantados pela revisão integrativa.

Ao obter um panorama do que vem sendo produzido em relação ao tema na área da educação, acreditamos que seja possível encontrar lacunas de pesquisa que contribuam tanto para o debate quanto para a proposição de novas práticas de enfrentamento à violência contra a mulher.

A Teoria das Representações Sociais

Representações Sociais são uma forma de conhecimento socialmente elaborada e partilhada, que tem objetivo prático e concorre para a construção de uma realidade comum a um conjunto social (Jodelet, 2001). Essa definição é uma das inúmeras possibilidades propostas para caracterizar uma representação social, compreendida no grande domínio de estudo da Teoria das Representações Sociais (TRS), desenvolvida por Serge Moscovici (1961; 2012) a partir de estudos em campo das sociedades de comunicação em massa, no final da década de 1950.

A priori, ressalta-se que o conceito de Representação Social é proveniente da psicologia social e, portanto, pressupõe, invariavelmente, um fenômeno psicossocial. Assim, é imprescindível considerar a TRS como o estudo de um fenômeno dinâmico, que não pode ser entendido dissociado da relação triangular entre sujeito, outro e objeto. (Jovchelovitch, 2004). Trata-se de um estudo que ocorre na intersecção, no “entre” das relações.

Dessa forma, para Campos (2021), a TRS se propõe a ser uma teoria que “explica” a relação entre ação e pensamento nos grupos, ou seja, entre as práticas grupais a respeito de um dado objeto social e as representações que esse mesmo grupo elabora sobre esse objeto em seu contexto simbólico.



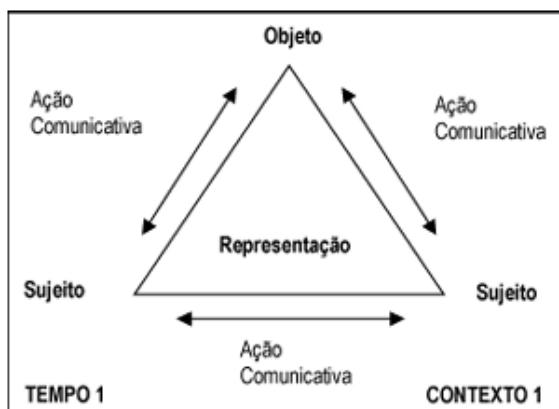
Inicialmente, para compreender a TRS, é preciso entender o processo de formação de uma Representação Social, que se dá por meio de um princípio: tornar o que é não familiar em familiar (Moscovici, 2007). Além disso, existem dois processos: a ancoragem e a objetivação.

A ancoragem, conforme Jodelet (2001, p. 18), caracteriza-se pela dinâmica da instrumentalização do saber, de modo que “confere um valor funcional à interpretação e gestão do ambiente”. De forma resumida, a ancoragem existe enquanto dimensão simbólica das representações sociais e opera como forma de fixar uma nova ideia em um sistema de conhecimento pré-existente.

O processo de objetivação, por sua vez, está relacionado à dimensão figurativa das representações sociais e opera por meio da construção de figuras, formas ou símbolos para ideias abstratas, ou ainda, consonantes. De acordo com Guareschi (1996, p. 18), “é um processo que consiste fundamentalmente em tornar concreta, uma realidade que procura nos escapar das mãos”.

Acerca dos processos supracitados, convém destacar que, ao compreender o movimento de formação das representações sociais, considera-se a ancoragem e a objetivação como processos simultâneos e interdependentes, uma vez que, sempre que o sujeito se depara com novas informações ou conteúdos conceituais, ele ancora e objetiva concomitantemente. Por isso, é relevante a compreensão do sistema triangular *eu-outro-objeto* proposto por Jovchelovitch (2004):

Figura 1: Os Elementos Constituintes e o Modo de Produção da Representação



Fonte: Jovchelovitch (2004, p. 23)

Para além do aspecto teórico, é fundamental conceber a TRS como um movimento de estudo prático para além do âmbito científico, tendo em vista que as representações sociais também são perceptíveis no conhecimento cotidiano. Conforme descrito em *La psychanalyse, son image, son public* (1961; 2012), primeira obra em que Moscovici propôs o conceito de representação social:

As representações sociais são entidades quase tangíveis. Elas circulam, se entrecruzam e se cristalizam continuamente, através duma palavra, dum gesto, ou duma reunião, em nosso mundo cotidiano. Elas impregnam a maioria de nossas relações estabelecidas, os objetos que nós produzimos ou consumimos e as comunicações que estabelecemos. Nós sabemos que elas correspondem, dum lado, à substância simbólica que entra na sua elaboração e, por outro lado, à prática

específica que produz essa substância, do mesmo modo como a ciência ou o mito correspondem a uma prática científica ou mítica (Moscovici, 1961; 2012, p. 40).

Ao observar a interação direta entre teoria e prática, identifica-se outro ponto relevante para o estudo da TRS: a compreensão de dois domínios de pensamento presentes no meio social – o universo reificado e consensual (Sá, 2004). O universo de pensamento reificado refere-se ao domínio do pensamento da ciência, da lógica e das pesquisas tradicionais. Por outro lado, o universo consensual compreende o campo onde efetivamente se desenvolvem as representações sociais, a partir do conhecimento popular e do saber proposto através da lógica da plausibilidade.

A respeito da estruturação de uma representação social, Moscovici (1976) pontua que ela se organiza em três dimensões: cognitiva, atitudinal e imagética. Desse modo, todas as representações contemplam não apenas um conteúdo ou uma série de informações (que existem na dimensão cognitiva), mas também atitudes vinculadas aos valores e posições (opiniões) de uma determinada sociedade, além de um campo de representação imagético, que reflete a ideia de modelo social e corresponde ao conteúdo concreto e limitado das proposições acerca de um aspecto preciso do objeto da representação (Moscovici, 1961/2012).

Ademais, para que essa estrutura seja efetivamente elaborada, três condições de emergência devem ser satisfeitas: a dispersão da informação, a focalização e a pressão à inferência (Vala, 1993a, *apud* Sá, 1996). De modo geral, a dispersão da informação define que nem todos os grupos têm acesso à informação de forma homogênea, o que permite que diferentes grupos de pessoas tenham diferentes representações sobre determinado objeto. A formulação de uma representação de uma determinada maneira depende diretamente da focalização, isto é, do interesse coletivo que o grupo dará a um ou outro objeto.

Por fim, a terceira e última condição de emergência diz respeito à pressão de inferência que alguns grupos podem experenciar, em outras palavras, fatores externos ou intrapessoais de uma comunidade específica podem exercer pressão para que se conheça ou represente tal objeto, ainda que involuntariamente. Tais condições explicam por que algumas representações sociais de determinados locais divergem de outros, além de ressaltar a necessidade de conhecer diretamente a população na qual se pretende pesquisar as representações sociais.

Teoria da Representações Sociais e a Violência contra as mulheres

Ao considerar aspectos teóricos e práticos da TRS, é perceptível a possibilidade de utilizar essa teoria para compreender diversos elementos relacionados a questões de relações de poder e disputas em um grupo social. Sob essa perspectiva, um dos campos de investigação que se beneficia com o estudo das representações sociais é o da violência contra as mulheres, temática na qual o presente trabalho se debruça. Pacheco *et al.* (2022) argumenta que a TRS pode operar como um suporte teórico fundamental para observar a questão da violência contra as mulheres, pois funciona como uma das bases para compreender de que maneira o sofrimento é representado pela mulher que sofre violência e quais estratégias psíquicas e sociais a levam a agir de determinado modo.

A partir disso, uma análise das representações sociais da violência contra as mulheres pode servir como uma base que direciona o olhar do(a) pesquisador(a) a entender quais fatores, pautados no saber cotidiano, criam uma representação imagética que contribui para a naturalização da violência contra as mulheres em determinado grupo. Além disso, permite entender de que forma essas convenções sociais são repassadas, gerando a cristalização dessa representação. Ainda, a partir do entendimento do processo de formação de uma representação



social sobre a mulher enquanto sujeito e de suas implicações sociais, pode-se buscar uma compreensão dos aspectos subjetivos que acompanham essa violência.

Acerca disso, Tílio e Machado (2023) pontuam que a naturalização da violência contra as mulheres parte de um esquema de socialização que justifica a dominação masculina como algo inerente aos homens, quando, na verdade, essa internalização é resultado de uma série de construções sociais perpetuadas ao longo do tempo. Dessa forma, não é raro perceber mulheres sendo culpabilizadas por terceiros ou até mesmo experienciando a culpa individual em razão de uma socialização que é propositalmente reforçada para que elas sejam subjetivadas como seres dependentes de alguém – nesse caso, de um homem –, e responsáveis por exercer uma função de cuidado e submissão, mesmo que isso custe sua saúde, física e psicológica, ou até mesmo suas vidas.

Ainda sob essa ótica, Cecatto e Polli (2023) evidenciam a necessidade de compreender a problemática da violência contra a mulher a partir do contexto histórico e social no qual ela ocorre, enfatizando a dificuldade na aplicação das leis e dos dispositivos estatais de proteção:

As formas de pensar a violência contra a mulher evidenciadas nos artigos analisados destacam a influência dos valores sociais ligados à cultura patriarcal. É preciso considerar o contexto histórico e social em que a violência contra a mulher ocorre. Além disso, a dificuldade na aplicação da lei que protege as mulheres vítimas de violência se soma à essa cultura enraizada e dificulta o acesso aos meios legais para proteção das vítimas (Cecatto e Polli, 2023, p. 3448).

Desse modo, pode-se ilustrar o papel da cultura patriarcal na perpetuação da posição de subalternidade das mulheres, como esses valores são estruturados a partir das representações sociais do que é esperado socialmente para mulheres e homens, e de que maneira essa violência é percebida por quem sofre e pelos atores externos, que podem ou não reforçar essas representações. A seguir, o presente texto detém-se no que foi identificado e analisado a partir da TRS situada na temática da violência contra as mulheres.

Identificação, categorização e análise dos dados

A revisão integrativa proporciona um conhecimento atual sobre a temática, identificando, analisando e sintetizando os resultados de estudos independentes com o objetivo de oferecer um retorno mais prático, visto que é utilizada na área da saúde (Souza, Silva e Carvalho, 2010). Na área da educação, essa perspectiva da aplicabilidade também contribui para esta pesquisa, pois os estudos não ficam apenas no campo teórico, mas apresentam uma possibilidade prática.

A revisão integrativa recebe esse nome por integrar um conjunto de opiniões, conceitos, evidências e análises de problemas metodológicos provenientes do tema pesquisado (Botelho, Cunha, e Macedo, 2011). Geralmente usada no campo da saúde, esse tipo de revisão de literatura oportuniza uma ampla abordagem metodológica, permitindo a inclusão de estudos experimentais e não-experimentais.

De acordo com Botelho, Cunha e Macedo (2011), a primeira etapa orienta o caminho a ser percorrido ao longo da revisão integrativa, identifica o tema e seleciona o problema de pesquisa. A pergunta deve ser clara e objetiva, e, para isso, buscamos responder o seguinte questionamento: *O que tem sido produzido no Brasil, em formato de artigo, na área da educação, a partir das representações sociais sobre a violência contra as mulheres?*



A partir da pergunta, definimos os nossos descritores, que funcionam como filtros de pesquisa nas plataformas digitais de busca – no nosso caso, a *SciELO*. Como já mencionado, essa base é popularmente conhecida e utilizada no meio acadêmico por hospedar uma ampla gama de pesquisas científicas. Assim, inserimos os descritores definidos na busca. Ao utilizar “educação AND violência contra a mulher AND representações sociais”, encontramos apenas três artigos. Todos eram provenientes da área da enfermagem e tratavam a educação como um fator importante para a diminuição da violência contra a mulher, considerando a perspectiva desse problema como questão de saúde pública.

Desse modo, optamos por utilizar somente os descritores “educação AND violência contra a mulher”, com os quais foram encontrados 68 resultados. Com objetivo de aproximar artigos com a área da educação, selecionamos apenas artigos na área das ciências humanas, chegando a um total de 39 trabalhos.

Tendo esses 39 artigos pré-selecionados, percebemos que alguns fugiam completamente do tema, pois não abordaram nenhuma das temáticas propostas pelos descritores elencados. Outro problema identificado foi a presença de artigos duplicados. Assim, os dois momentos, de levantamento de dados e exclusão de alguns artigos duplos e/ou fora do tema, nos levaram a um total de 36 artigos. A tabela a seguir resume o processo e as etapas da pesquisa:

Figura 2: Tabela de dados

Palavras-chave	“educação AND violência contra a mulher AND representações sociais” e “educação AND violência contra a mulher”
Plataforma de busca	SciELO
Idiomas	Português e Espanhol
Período	2007-2023
Artigos pré-selecionados	39 artigos
Áreas	Enfermagem (11), Medicina (11), Nutrição (2), Ciências da Saúde (2), Farmácia (2), Psicologia (4), Educação (1), Assistência Social (2) e Estudos de Gênero (2)
Artigos selecionados	36 artigos

Fonte: Autoria própria

Diante do que foi filtrado a partir dos descritores e o afunilamento das áreas supracitadas, identificamos que a educação aparece como tema nas pesquisas, mas não pertence necessariamente ao campo da educação. O levantamento de dados realizado na plataforma *SciELO* não definiu critérios de temporalidade, abrangendo artigos publicados entre 2007 e 2023. Nesse sentido, apresentaremos um panorama geral acerca dos conceitos e problemáticas levantadas nos artigos e especificaremos sobre a área da educação, nossa principal motivação de análise.

Os artigos selecionados se concentram na área da saúde e buscam majoritariamente compreender como os(as) profissionais – médicos(as), enfermeiros(as) e psicólogos(as) –



realizam o primeiro atendimento a mulheres vítimas de violência doméstica. Outro assunto abordado nos artigos se refere às violências às quais mulheres que atuam na área da saúde estão sujeitas, como farmacêuticas, enfermeiras e médicas.

As pesquisas abordam de forma quantitativa, utilizando entrevistas semiestruturadas que variam em torno de quinze a cem participantes e adotam a análise de conteúdo como principal metodologia. A maior parte dos artigos selecionados está hospedada na *Revista Interface: comunicação, saúde e educação* (21). Embora os artigos sejam bem objetivos e descritivos quanto aos desdobramentos das pesquisas, nos interessa observar como os conceitos de violência contra as mulheres, representações sociais e educação aparecem – ou não – nas análises. Apesar de termos utilizado “educação” como descritor de pesquisa na plataforma *SciELO*, o filtro não captou artigos produzidos na área da educação, mas sim artigos cujo tema central apontava a necessidade de que profissionais da saúde, especialmente aqueles(as) que atendem mulheres vítimas de violência, passem por processos educativos/formativos.

A violência contra a mulher aparece como um dos conceitos centrais dos artigos selecionados, sendo tratada como um fenômeno de saúde pública. Os(as) autores(as) dos artigos definem a violência contra a mulher como complexa, derivada de múltiplos fatores (sociais, econômicos, políticos, etc.) e que necessita de intervenções para além da identificação e dos encaminhamentos.

A desigualdade de gênero, evidenciada por dados estatísticos de órgãos públicos federais, embasa e justifica a necessidade de pesquisas nessa área, inclusive com uma tendência a uma perspectiva mais voltada ao viés econômico. Para Aguiar e Côrrea (2022), por exemplo, a violência contra a mulher é definida como um fenômeno psicossocial, considerada como fator de risco a países em desenvolvimento. A partir de uma perspectiva mais progressista, compreendemos que a necessidade de se abordar a questão da violência contra as mulheres vai muito além de uma questão econômica, mas sim, humana.

Em linhas gerais, os artigos indicados trabalham a violência atrelada apenas à questão física. No entanto, para Silva, Coelho e Caponi (2007), sua definição pode ser compreendida de maneira mais ampla, conforme proposto na Declaração sobre a Eliminação da Violência Contra a Mulher, adotada pela Assembleia Geral das Nações Unidas, em 1993.

Todo ato de violência baseado em gênero, que tem como resultado, possível ou real, um dano físico, sexual ou psicológico, incluídas as ameaças, a coerção ou a privação arbitrária da liberdade, seja a que aconteça na vida pública ou privada. Abrange, sem caráter limitativo, a violência física, sexual e psicológica na família, incluídos os golpes, o abuso sexual às meninas, a violação relacionada à herança, o estupro pelo marido, a mutilação genital e outras práticas tradicionais que atentem contra mulher, a violência exercida por outras pessoas – que não o marido - e a violência relacionada com a exploração física, sexual e psicológica e ao trabalho, em instituições educacionais e em outros âmbitos, o tráfico de mulheres e a prostituição forçada e a violência física, sexual e psicológica perpetrada ou tolerada pelo Estado, onde quer que ocorra (OMS, 1998, p.7 apud Silva, Coelho e Caponi, 2007, p. 5).

Apesar de o conceito descrito ser amplo, as autoras relatam que ele auxilia os(as) profissionais da saúde a reconhecer as pessoas vítimas de violência, contribuindo para que tenham acesso aos seus direitos. Além disso, essa definição abrange formas de violência não-físicas, que podem gerar consequências como depressão, isolamento social, distúrbios alimentares, entre outras.

Outro aspecto levantado nos artigos é o de que a violência contra a mulher também faz parte do cotidiano das profissionais que prestam o atendimento de saúde a outras mulheres,



pois impacta o modo como esse atendimento é realizado. Leal, Lopes e Gaspar (2011) destacam que um estudo realizado com enfermeiras em um hospital geral de São Paulo apontou que a violência por parceiro íntimo foi a mais enfrentada. Apesar disso, poucas buscaram ajuda, e mais de 30% não perceberam o vivido como algo violento, o que demonstra a banalização da violência no contexto de suas vidas.

Nesse sentido, os artigos selecionados apontam como principal problemática a necessidade de conscientizar, educar e qualificar os(as) profissionais da saúde para um atendimento mais humanizado às mulheres vítimas de violência, uma vez que ainda não há compreensão adequada e embasada nos direitos humanos e das mulheres. A forma como esse atendimento é realizado pode, inclusive, gerar novas formas de violência, fazendo com que a mulher não busque atendimento ou não conclua algum tipo de tratamento.

Diante disso, quais são as representações sociais desses(as) profissionais sobre a violência contra a mulher? O segundo conceito que buscamos centralizar é o de Representações Sociais. Embora poucos dos artigos trabalhem com a Teoria das Representações Sociais (TRS), é possível identificar que as representações sociais dos participantes dos estudos tendem a relacionar a compreensão da violência contra as mulheres a um aspecto pessoal e privado da vida das vítimas, e não como uma problemática de saúde pública.

Essa concepção não apenas relativiza a importância da temática, como também produz uma lacuna na capacidade de acolhimento e intervenção adequada dos(as) profissionais de saúde. Ademais, apesar de nenhum artigo tratar especificamente de representações sociais da violência contra a mulher na área da educação, esse conceito está presente nos três artigos selecionados durante o nosso primeiro filtro de pesquisa. Ao identificar as representações sociais da violência, os estudos evidenciam a necessidade de intervenção através de ensino/práticas educativas para modificar a situação relatada.

A exemplo disso, considera-se a atuação dos profissionais envolvidos nas pesquisas analisadas. No artigo de Scherer *et al.* (2020), busca-se compreender quais as representações sociais que mulheres privadas de liberdade possuem a respeito da violência e da prisão. As entrevistadas relatam um tratamento agressivo e desumanizador por parte dos agentes penitenciários. Ao sustentar tais discussões, os autores recorrem à TRS para alicerçar sua compreensão teórica sobre os significados socialmente construídos sobre o encarceramento, tendo em vista que a violência é multifatorial e inclui determinantes culturais, históricos e sociais.

Os presídios, na visão dos(as) autores(as) mencionados, são espaços que foram originalmente construídos para o encarceramento masculino e possuem algumas particularidades, as quais perpetuam ainda mais as violências de gênero. Considerando que a população encarcerada feminina é ainda mais marginalizada que a masculina – fato que se reflete no abandono dessas detentas por parte de familiares, conforme os próprios relatos dessas mulheres entrevistadas –, as violências socialmente vivenciadas por elas se tornam ainda mais notáveis.

Chegamos em consenso juntamente com os(as) autores(as) de que, embora a cadeia seja um espaço público, as celas femininas podem ser correlacionadas com o âmbito privado, estabelecendo uma relação direta com o ambiente doméstico, visto por excelência como um ambiente da mulher, enquanto o espaço público é considerado um ambiente masculino (Scherer *et al.* 2020).

Nos estudos de Rodrigues *et al.* (2016) e Leal, Lopes e Gaspar (2011), os(as) autores(as) abordam as representações sociais da violência dentro de um contexto da saúde pública e identificam uma dificuldade de aproximação com as vítimas de violência contra a mulher, em razão da falta de ações educativas que preparem as enfermeiras para acolhê-las e auxiliá-las.



O foco, no primeiro estudo, está nas representações sociais da violência contra a mulher pelas suas próprias famílias. As autoras apontam que há a necessidade de ações de combate que não se restrinjam apenas às atribuições do setor da saúde, mas que sejam “intersetorialmente articuladas” (Rodrigues *et al.* 2016, p. 1). É necessário que a rede de atenção seja ampliada de maneira a contemplar a mulher vítima de violência, como também sua família, que se configura com uma unidade de cuidado, pois interage com esse contexto de violência e é extremamente afetada por ele.

O estudo de Leal, Lopes e Gaspar (2011) aponta uma centralidade nas enfermeiras, profissionais que prestam, em geral, o atendimento inicial nos hospitais às mulheres em situação de violência. Há uma representação social pautada pelo senso comum em relação à violência de gênero, o que pode interferir na maneira como essas profissionais prestam o atendimento, de acordo com as autoras. Em síntese, os dados levantados através das enfermeiras pesquisadas indicam que sua atuação está restrita à esfera do apoio, não se vinculando ao comprometimento institucional de identificar sintomas, reconhecer a vítima em situação de violência e incluir os encaminhamentos necessários a um atendimento de saúde completo, ou seja, encaminhá-las aos demais órgãos de atendimento às mulheres em situação de violência.

Assim, tanto o caso dos agentes penitenciários, quanto o das enfermeiras – ou até mesmo o dos outros estudos levantados com profissionais da saúde –, poderia ser beneficiado pela presença de pesquisas sobre a temática das representações sociais da violência contra as mulheres na área de Educação. A produção de estudos que compreendam o fenômeno a partir da TRS possibilita buscar, inclusive, uma aproximação com propostas educativas de intervenção.

Em suas análises finais, Leal, Lopes e Gaspar (2011) demonstram que a violência contra a mulher foi representada pelas enfermeiras da pesquisa como uma pauta relacionada à responsabilidade da educação (entre outros atores sociais). Embora esse aspecto possa parecer uma maneira de se eximir do seu papel, como as próprias autoras apontam, podemos associá-lo com a proposta inicial do estudo: encontrar espaços de pesquisa que relacionem as representações sociais e a violência contra a mulher no campo da educação. Tal área revela-se tanto como uma lacuna no universo reificado – caracterizada pela falta de estudos do tema no campo acadêmico da Educação – quanto em atividades práticas (pertencentes ao universo consensual) para a Educação Permanente⁷ de profissionais de diferentes áreas.

Mesmo sendo apontada a necessidade de um trabalho formativo e educativo com profissionais da saúde que prestam atendimento a mulheres em situação de violência, encontramos apenas um artigo na área da educação. Hospedado na *Revista Interface: comunicação, saúde e educação*, esse artigo foi um dos filtrados a partir dos descritores “educação AND violência contra a mulher” e apresenta uma pesquisa sobre o acolhimento oferecido por profissionais da saúde às mulheres vítimas de violência por divulgação de imagens íntimas. Entre os problemas elencados em relação aos(as) profissionais da saúde que atendem essas mulheres, destacam-se a falta de preparo e de acolhimento às vítimas.

Dante desses elementos, percebemos a necessidade de estudos que discutam a violência contra a mulher na área da educação. Há uma lacuna tanto no universo reificado – decorrente da falta de estudos do tema no campo acadêmico da Educação –, quanto em atividades práticas pertencentes ao universo consensual, referente às práticas de Educação Permanente de profissionais de diferentes áreas.

⁷ Conforme Esperandio, Moura e Favoreto (2020).



Considerações Finais

Na maioria das vezes em que consultamos um texto que se propõe a realizar uma revisão integrativa ou um levantamento bibliográfico acerca de determinado assunto, nos deparamos com um descriptivo de informações sobre pesquisas e artigos selecionados. Neste estudo, e em razão da proposta de uma revisão integrativa, optamos por um texto mais objetivo. Essa opção também decorre do estilo e da forma dos artigos que foram filtrados pela plataforma *SciELO* durante nossa busca: resultados de pesquisas descritivas na área da saúde e que pouco abordavam, de forma teórica e metodológica, a violência contra a mulher no contexto social brasileiro.

O que pode ser compreendido como um estilo de escrita característico da área da saúde acaba comprometendo uma justificativa consistente acerca da importância do tema e delegando o problema ao campo da educação. Entre os trinta e seis artigos selecionados há consenso quanto à necessidade de que mais elementos sejam abordados na perspectiva da educação de profissionais da saúde que prestam atendimento às mulheres em situações de violência.

Os três artigos analisados de forma mais contundente ao longo deste texto relacionam diretamente as representações sociais à temática da violência contra a mulher e também apontam a necessidade de formações voltadas aos profissionais da saúde. Ainda, há uma proposição em relação a compreensão cultural sobre o problema, assim como a proposição de práticas de enfrentamento. Nas palavras de Rodrigues *et al.* (2016, p. 1): “Urge a adequação da formação em saúde e educação e dos serviços assistenciais da rede de violência, observando as políticas públicas no enfrentamento da violência de gênero”.

Sendo os profissionais da saúde e da segurança pública os principais pesquisados nos artigos, seu despreparo aparece como o principal problema na qualidade do atendimento às mulheres em situação de violência, o que implica uma série de danos à saúde, não somente física, mas também emocional.

Compreendemos que a educação não está presente apenas em espaços institucionalizados de ensino, como escolas e universidades, pois ela também acontece no cotidiano das pessoas (Brandão, 1994). Consequentemente, instituições que prestam atendimento a mulheres vítimas de violência podem se tornar centros de acolhimento e de educação para as vítimas e suas famílias, bem como para os profissionais que prestam esse primeiro atendimento. Saber identificar, acolher e encaminhar as orientações necessárias pode ser transformador na vida dessas mulheres. Entretanto, só é possível identificar os problemas se compreendermos suas origens. Nossa sociedade vem passando por mudanças significativas e muito já se avançou, contudo, a violência contra as mulheres ainda é um sério problema político-social, como evidenciam os dados estatísticos apresentados no início deste texto. Os avanços legislativos contribuíram na luta, mas não solucionam o problema. É necessária uma mudança estrutural e cultural capaz de enfrentar o sistema patriarcal.

Diante disso, é perceptível a necessidade de pesquisas que realizem essa intersecção entre representações sociais e violência contra as mulheres, sobretudo na área da educação. O levantamento de artigos aqui realizado nos possibilita identificar uma lacuna nessa área em relação a esse tema de pesquisa. É imprescindível que, além de identificar o problema – a violência contra a mulher –, também possamos compreender de que maneira as estruturas sociais, históricas e culturais afetam a construção das representações sociais sobre essa temática, não apenas entre profissionais que prestam atendimento às mulheres em situação de violência, mas também entre educadores(as), familiares, amigos(as) e todo o círculo social no qual essa mulher está inserida.

Referências



AGUIAR, A. P.; CORRÊA, R. S. Violência por parceiro íntimo contra a mulher e insegurança alimentar: uma revisão narrativa da literatura. **Interface – Comunicação, Saúde, Educação**, Botucatu, v. 26, 2022.

BOTELHO, L; CUNHA, C. MACEDO, M. O método da revisão integrativa nos estudos organizacionais. **Gestão e Sociedade**. Belo Horizonte: volume 5, número 11, p. 121-136. maio/agosto 2011.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação?** 29ª edição. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BUENO, Samira [et all.]. Visível e invisível: a vitimização de mulheres no Brasil. 5. ed. São Paulo: **Fórum Brasileiro de Segurança Pública**, 2025. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/publicacoes/visivel-e-invisivel-5ed/> Acesso em 18 de abril de 2025.

CAMPOS, P. H. F. As práticas sociais e seu “contexto”. In: ROSO, A. (Ed. Coord.); Guareschi, P. A.; HERNANDEZ, A. R. C.; NOVAES, A.; ACCORSSI, A.; GONÇALVES, C. dos S. (orgs.). **Mundos sem fronteiras**: representações sociais e práticas psicossociais. Florianópolis: ABRAPSO, 2021. p. 122-156.

CECATTO, N. H. O; POLLI, G. M. Representações sociais e violência contra a mulher: revisão sistemática. **Psicologia Argumento**, v. 41, n. 114, p. 3434-3453, jul./set. 2023.

CERQUEIRA, Daniel; BUENO, Samira (coord.). **Atlas da violência 2024**. Brasília: Ipea; FBSP, 2024. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/publicacoes> . Acesso em 18 de abril de 2025.

DOISE, W. Debating social representations. In: BREAKWELL, G. M.; CANTER, D. V. (orgs.). **Empirical approaches to social representations**. Oxford: Clarendon Press, 1993.

ESPERANDIO E. G; MOURA A. T. M. S; FAVORETO C. A. O. Violência íntima: experiências de mulheres na Atenção Primária à Saúde no Rio de Janeiro, RJ, Brasil. **Interface – Comunicação, Saúde, Educação**, Vol. 24, 2020.

GUARESCHI, P. A. Representações sociais: alguns comentários oportunos. **Coletâneas da ANPEPP**, v. 10, p. 9-35. Florianópolis: Imprensa Universitária – Universidade Federal de Santa Catarina, 1996.

JODELET, D. As representações sociais: um domínio em expansão. In: JODELET, Denise (org.). **As representações sociais**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2001.

JOVCHELOVITCH, S. Psicologia social, saber, comunidade e cultura. **Psicologia & Sociedade**, v. 16, n. 2, p. 20-31, mai./ago. 2004.

LEAL, S. M. C.; LOPES, M. J. M.; GASPAR, M. F. M. Social representations of violence against women in the nursing perspective. **Interface – Comunicação, Saúde, Educação**, v. 15, n. 37, p. 409-424, abr./jun. 2011



MOSCOVICI, S. **A representação social da psicanálise.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 1976.

MOSCOVICI, S. **A psicanálise, sua imagem e seu público.** Tradução de Sonia Fuhrmann. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

MOSCOVICI, S. **Representações sociais:** investigações em psicologia social. 5. ed. Tradução de Pedrinho A. Guareschi. Edição em inglês editada por Gerard Duveen. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

PACHECO, M. L. L.; ROSO, A. R.; SOUZA, J. G.; SOUZA, A. F. Violência contra as mulheres e Teoria das Representações Sociais: revisão integrativa. **PSI UNISC**, v. 6, n. 2, p. 174-198, 2022.

RAMOS, Silvia [et all.]. **Elas vivem: liberdade de ser e de viver.** 4^a edição. Rio de Janeiro: CESeC, 2024. Disponível em: <https://dossies.agenciapatriciagalvao.org.br/dados-e-fontes/pesquisa/elas-vivem-liberdade-de-ser-e-viver-4a-edicao-rede-de-observatorios-de-seguranca-2024/> Acesso em 18 de abril de 2024.

RODRIGUES, V. P.; RODRIGUES, A. D.; LIRA, M. O. S. C.; COUTO, T. M.; DINIZ, N. M. F. Relações familiares no contexto da violência de gênero. **Contexto Enfermagem**, v. 25, n. 3, e2530015, 2016.

SÁ, C. P. **Núcleo central das representações sociais.** Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.

SÁ, C. P. Representações sociais: o conceito e o estado atual da teoria. In: SPINK, M. J. (org.). **O conhecimento do cotidiano:** as representações sociais na perspectiva da Psicologia Social. São Paulo: Brasiliense, 2004. p. 19-45.

SCHERER, Z. A. P.; SCHERER, E. A.; SANTOS, M. A.; SOUZA, J.; PILLO, S. C.; SCHERER, N. P. Freedom-deprived women: social representations of prison, violence, and their consequences. **Revista Brasileira de Enfermagem**, v. 73, n. 3, e20180781, 2020.

SILVA, L. L.; COELHO, E. B. S.; CAPONI, S. N. C. Violência silenciosa: violência psicológica como condição da violência física doméstica. **Interface – Comunicação, Saúde, Educação**, Botucatu, v. 11, n. 21, abr. 2007.

SOUZA, M; SILVA, M; CARVALHO, R. Revisão integrativa: o que é e como fazer. **Revista Einstein**. Vol. 8(1 Pt 1), p.102-6, 2010.

TÍLIO, R.; MACHADO, L. F. Representações sociais sobre mulheres em situações de violência por uma equipe multiprofissional. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, v. 17, n. 2, p. 222-239, ago./set. 2023.

